



PROJETO BÁSICO
Nº 029 / 2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ARQUITETURA/ENGENHARIA DESTINADA A EXECUTAR A REVITALIZAÇÃO DO PÁTIO, NOVA ÁREA DE ESTACIONAMENTO, GUARITA, SOU, REDS E ESPAÇO MULTIUSO DO BATALHÃO DE POLICIA MILITAR RODOVIÁRIA – BPMRV.

1. OBJETIVO

Este projeto básico é parte integrante do presente edital de licitação e tem por objetivo:

- 1) Caracterizar o objeto a ser contratado;
- 2) Estabelecer as diretrizes que orientem o processo executivo, normas, especificações e procedimentos;
- 3) Indicar a execução dos serviços e uso de materiais, previstos nos projetos, objeto do Contrato, indicando os quantitativos, valor e percentual correspondente de acordo com as planilhas de custos e cronograma físico financeiro;
- 4) Subsidiar tecnicamente a PMMG e a empresa contratada para execução do projeto, através de realização de visitas técnicas que resultam em emissão de pareceres técnicos;
- 5) Indicar a aplicação das Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas editadas pelas concessionárias de serviços públicos locais, disposições legais e normativas do Estado de Minas Gerais e do município onde será executado o empreendimento e atender todos os critérios de sustentabilidade ambiental dos respectivos órgãos responsáveis, na contratação de serviços.

- 6) Deverá estar em conformidade com o previsto na Resolução nº 361, de 10 de Dezembro de 1991 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), inclusive com relação à previsão de impacto ambiental.

2. OBJETO

Contratação de empresa especializada na área de engenharia / arquitetura com a finalidade de realizar a revitalização do pátio, nova área de estacionamento, guarita, SOU, REDS e espaço multiuso do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária - BPMRv de Minas Gerais. A construção será realizada na Av. Tereza Cristina Nº 3920, Bairro Gameleira - Belo Horizonte – M.G, compreendendo área total de intervenção de aproximadamente 5.630,00 m².

Para a construção deverão ser observadas as considerações descritas em projeto arquitetônico, estrutural, elétrico, cabeamento estruturado, segurança e proteção contra descargas atmosféricas, hidrossanitário, orçamento, memorial descritivo e cronogramas.

3. JUSTIFICATIVA

A edificação a ser construída destina-se a ampliação de número de vagas de estacionamento e revitalização da área de convivência para melhor atender aos usuários do BPRv.

4. PREÇO

A revitalização do pátio, nova área de estacionamento, guarita, SOU, REDS e espaço multiuso do BPMRv, na planilha de orçamento elaborada, inserido todos os materiais e serviços descritos neste termo, custos diretos e indiretos, será de **R\$ 1.190.074,96 (um milhão cento e noventa mil setenta e quatro reais e noventa e seis centavos)**.

O valor acima descrito foi balizado nas planilhas de referência da Secretaria de Transportes e Obras Públicas (SETOP) e Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e média de preço tendo como referência as licitações realizadas pela PMMG.

5. DIRETRIZES GERAIS

5.1.1 Sinalizações e delimitações

O local das intervenções deverá ser delimitado e interditado para que não haja passagem de usuários pelo canteiro de serviços à edificação, inclusive, contemplando sinalizações do local para assegurar o bem-estar dos usuários da edificação.

Todas as instalações provisórias executadas junto ao local das intervenções deverão garantir condições adequadas de trabalho, abrigo, segurança (equipamentos de proteção individual) e higiene aos trabalhadores que serão empregados na realização deste empreendimento e ao público usuário, direta ou indiretamente, das edificações, além dos equipamentos e elementos necessários à sua execução e identificação.

Em hipótese alguma os usuários do complexo poderão adentrar ao local pelo canteiro, sendo a empresa contratada responsável em adotar essa medida de segurança.

5.1.2 Considerações técnicas

Antes do início das intervenções deverão ser estudadas as interferências nos serviços e previamente elaborado o plano de ação para cada atividade.

Qualquer divergência entre as condições definidas no Escopo Básico e aquelas apresentadas pelo projetista, deverá ser formalizada ao Fiscal Administrativo do Contrato da Unidade - CONTRATANTE da PMMG, que submeterá a documentação à análise e aprovação do Fiscal de Obras DAL-3, antes da continuidade dos serviços.

Não serão aceitos materiais diferentes dos especificados e em caso de substituição de material deverá ser previamente formalizado ao fiscal administrativo do contrato que encaminhará para análise e deliberações técnicas do fiscal da obra designado pela Seção de Engenharia e Arquitetura-DAL-3.

Refazer, sem custos adicionais e em prazo definido pelo fiscal administrativo do contrato e fiscal de obra, todos os serviços, no total ou em parte, que se revelarem insatisfatórios, irregulares ou que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, bem como se responsabilizar integralmente por danos causados ao Contratante e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão.

Deverá constar no diário de serviços, as alterações ocorridas durante a execução das atividades, que contemple:

- o número de funcionários que estiver trabalhando no dia;
- registro do engenheiro;
- irregularidades como afastamento ou dispensa de funcionários;
- informações sobre o tempo, atrasos em relação ao cronograma físico-financeiro.

A contratada deverá atualizar diariamente o Diário de Serviço e entregar uma cópia no final do dia ao Fiscal Administrativo do Contrato.

Após a assinatura do contrato a Unidade deverá comunicar o fato a DAL/3, via Painei Administrativo, solicitando agendamento de reunião entre a contratada, contratante e responsável pela fiscalização administrativa do contrato, para que sejam coletados dados e alinhamento de conduta, além dos que já constam neste projeto básico, que se julguem relevantes ao início e desenvolvimento dos serviços, antes do início da obra previsto em contrato.

5.1.3 Ambiente de trabalho

Todas as áreas sujeitas à intervenção deverão ser devidamente protegidas de acordo com o tipo de material a ser manipulado.

A área de trabalho e a área destinada ao canteiro deverão permanecer limpas.

Todos os funcionários deverão utilizar, durante a realização dos serviços, os equipamentos de proteção individual e coletivo, conforme previsão contida na legislação vigente.

A empresa deverá seguir todas as diretrizes nas Normas Regulamentadoras NR-6, NR-7 e NR-18.

5.1.4 Critérios de seleção do fornecedor

A Contratada deverá atender ao Artigo 30, da Lei 8.666/93 que dispõem sobre a qualificação técnica.

5.1.4.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

5.1.4.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

5.1.4.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.1.4.3.1 Parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

- a) Fornecimento e execução piso Inter-travado;
- b) Fornecimento e execução de serviços em concreto armado;

- c) Fornecimento e execução de elevação em alvenaria;
- d) Fornecimento e execução de cobertura com estrutura metálica e telha termo acústica;
- e) Instalações elétricas.

5.1.4.3.2 Capacidade Técnica-Operacional:

A Licitante deverá apresentar o atestado ou certidão de capacitação técnica, emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter executado obra e/ou serviços no qual constem as características e quantitativos previstos no objeto deste projeto básico.

5.1.4.3.3 Capacidade Técnica-Profissional:

A Licitante deverá apresentar a. Certidão de Acervo Técnico (CAT) do profissional de nível superior vinculado ao seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra e/ou serviços de características semelhantes ao objeto deste Projeto Básico. Será aceito um ou mais CATs para somar e atender todos dos serviços e quantitativos das parcelas de maior relevância e exigidos como qualificação, descrito no item 5.1.4.3.1.

A comprovação do vínculo profissional deverá ser feita por meio de apresentação de cópias de Carteiras de Trabalho (CPTS), ou fichas de registro de empregado que comprove a condição de pertencente ao quadro da CONTRATADA, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou declaração de contratação futura do profissional, com anuência deste, ou, ainda, por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum;

Os profissionais indicados pela CONTRATADA, para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, deverão participar do serviço objeto deste Projeto Básico, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE, conforme determina, em seu Artigo 30, §10, a Lei nº 8.666/93.

5.1.5 Disposições gerais

A contratada deverá:

5.1.5.1 Realizar visita ao local das intervenções para esclarecimento de dúvidas e verificar a compatibilidade projetos, planilha e memorial descritivo;

5.1.5.2 Realizar todos os testes pertinentes ao fornecimento de materiais e serviços;

5.1.5.3 Fornecer todas as ferramentas necessárias à execução do objeto contratado, uniformes, equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC);

5.1.5.4 Fornecer os materiais, equipamentos, transportes e profissionais qualificada para a entrega dos serviços executados;

5.1.5.5 Recolher os tributos e encargos relativos aos serviços executados;

5.1.5.6 Fornecer ao Fiscal Administrativo do Contrato as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao conselho regional de classe seja ele CREA/MG ou CAU/MG;

5.1.5.7 Preencher diariamente o Diário de Serviços;

5.1.5.8 Compatibilizar os projetos, antes de iniciar a execução de cada etapa, a fim de evitar retrabalho e qualquer divergência entre as condições definidas neste termo e nas especificações técnicas, deverão ser discutidas formalmente com o contratante, que solicitará apoio técnico à Seção de Engenharia e Arquitetura, antes da continuidade dos serviços;

5.1.5.9 Atentar para os prazos de contrato, solicitando aditamento, quando devidamente justificáveis;

5.1.5.10 Caso sejam necessárias diferentes intervenções, cabe à contratada a coordenação e compatibilização dos mesmos e o fornecimento das informações relativas às suas áreas de interação.

5.1.5.11 A Contratada estará sujeita as sanções administrativas em caso de descumprimento contratual em conformidade com os arts. 86 e 87 da Lei 8666/93 e art. 38 do Decreto Estadual 45.902/12.

5.1.6 Presença obrigatória de responsável técnico disponibilizado pela contratada

A empresa contratada deverá disponibilizar responsável técnico para acompanhamento das intervenções, o qual deverá permanecer diariamente no local de sua execução, por período igual ou superior a 03 (três) horas diárias. Esse responsável deverá providenciar confecção e entrega das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) em até 05 (cinco) dias úteis, ao Fiscal Administrativo do Contrato, após a expedição da nota de empenho da prestação de serviço e entregar as vias à contratante devidamente assinadas.

Conforme o item 9.3.2.2 do Acórdão Nº 2622/13 do Tribunal de Conta da União (TCU), fica estabelecido que o critério de medição para a administração local, será realizado através pagamentos proporcionais à execução financeira dos serviços realizados, com fundamento

no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993.

5.1.7 Da subcontratação

5.1.7.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30%** (trinta por cento) dos serviços mais relevantes descrito nos itens 5.1.4.3.1 nas seguintes condições:

5.1.7.2 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

5.1.7.3 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.1.7.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.1.8 Especificações dos serviços

5.1.8.1 – Estudo do local das intervenções para início dos serviços;

5.1.8.2 – Demolição, remoções e afastamentos conforme previsto em planilha com bota-fora;

5.1.8.3 – Fornecimento e elevação das alvenarias e revestimento;

5.1.8.4 – Fornecimento e execução do piso em granito e cerâmico;

5.1.8.5 – Execução da cobertura em telha termoacústica, calha, rufo e estrutura metálica pintada e ancorada na estrutura do prédio. Para a execução da cobertura a contratada deverá entrar em contato com a fiscalização e os projetistas para perfeita execução;

5.1.8.6 – Fornecimento e execução da instalação elétrica, lógica e hidráulica passando toda a tubulação pela área técnica;

5.1.8.7 – Fornecimento e execução dos revestimentos cerâmicos;

5.1.8.8 – Instalação das esquadrias em alumínio e madeira;

5.1.8.9– Fornecimento e instalação dos equipamentos de ar-condicionado com execução de drenos e sistema elétrico para o perfeito funcionamento, camuflados em shafts;

5.1.8.10 – Fornecimento e execução das peças em pedra granito;

- 5.1.8.11 – Fornecimento e execução de acabamento e pintura interna de paredes e teto e textura externa;
- 5.1.8.12 – Fornecimento e instalação das louças e metais;
- 5.1.8.13 – Fornecimento e instalação de luminárias;
- 5.1.8.14 – Revitalização do pátio de viaturas com a substituição do piso Inter travado, nova canaleta, passeio, sarjeta e guarda corpo;
- 5.1.8.15 – Revitalização da rede de abastecimento de água e caixa d'água existente com troca de tubulação;
- 5.1.8.16 – Instalação de escada marinho na caixa d'água existente;
- 5.1.8.17 – Revitalização dos muros de divisa com remoção de revestimento e nova pintura. Execução de grade e concertina no muro do fundo da Unidade.
- 5.1.8.18 – Novo paisagismo;
- 5.1.8.19 – Revitalização do pátio de estacionamento (antigo DER) com execução de rampa, gradil e escada.

Demais serviços que se fizerem necessários para o bom funcionamento das intervenções realizadas na Unidade dos serviços executados e equipamentos instalados.

6. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo total de execução do Objeto da Licitação será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, que deveram ser contados de acordo com o previsto em contrato.

Alteração de prazo poderá ser efetivada com aprovação da CONTRATANTE após apresentação formal ao Fiscal Administrativo do Contrato de justificativa da CONTRATADA, que submeterá a análise e parecer técnico emitido pelo Fiscal de Obras da DAL-3. Caso a CONTRATADA não apresente justificativa, ou, se a justificativa não for aceita e o prazo não for cumprido, a mesma será considerada inadimplente, podendo sofrer sanções previstas na lei de licitações 8666/93, entre outras.

O prazo total definido para a execução do Objeto da Licitação deverá ser cumprido rigorosamente, contado a partir da data da ordem de Serviço Inicial estabelecido no Projeto Básico-

A garantia dos serviços realizados deverá seguir o que determina o artigo 618 do Código Civil que estabelece garantia de 5 (cinco) anos para defeitos ou falhas que comprometem de forma séria a segurança e a solidez dos imóveis.

7. CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTOS

O Fiscal da Obra DAL-3 mensurará a execução dos serviços e uso de materiais, previstos nos projetos, objeto do Contrato, indicando os quantitativos, valor e percentual correspondente de acordo com as planilhas de custos e cronograma físico financeiro emitindo parecer técnico para subsidiar o Fiscal Administrativo do contrato e Comissão Permanente de Avaliação e Recebimento de Materiais (CPARM) da Unidade e Ordenador de Despesas quanto ao pagamento à Contratada.

O desconto dado na licitação, em relação ao preço de referência, deverá ser o mesmo para serviços que por ventura possam gerar necessidade de aditamento ao contrato.

8. FISCALIZAÇÃO

Caberá ao Fiscal Administrativo de Contrato e a CPARM fiscalizar o cumprimento das disposições contratuais, na esfera administrativa e jurídica, em todos os seus aspectos, podendo formalizar, quando for o caso, solicitação de assessoramento técnico da Seção de Engenharia e Arquitetura da DAL, que emitirá parecer técnico ou Boletim de medição.

Após a assinatura do contrato e antes do início dos serviços, o Fiscal Administrativo do contrato deverá solicitar, via Painel Administrativo à Seção de Engenharia e Arquitetura o agendamento de reunião, com a empresa vencedora, para a entrega de documentos e esclarecimento de dúvidas e alinhamento de conduta.

O Fiscal Administrativo do Contrato deverá encaminhar ao Fiscal de Obras DAL-3, em meio digital, cópia do contrato e nota de empenho assinados.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2021

Renata Barbosa – CREA 125266/D
Engenheira de Produção/Civil
Auxiliar DAL/3



Documento assinado em 30/08/2021 10:54:00 por RENATA BARBOSA:07668388621. Conforme §1º do art. 6º do Decreto Estadual n. 47.222/2017 e Resolução n. 4.520/2016-PMMG, para verificar a autenticidade escaneie o QRCode ao lado, ou acesse <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar> e informe o código: B74336EA4690